

**DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À GLOBALIZAÇÃO: CAPITALISMO E RECONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO URBANO****INDUSTRIAL REVOLUTION TO GLOBALIZATION: CAPITALISM AND HISTORICAL CONFIGURATION OF URBAN SPACE****Ricardo Oliveira Rotondano<sup>1</sup>****RESUMO**

O presente trabalho realiza uma incursão histórica sobre o capitalismo e a expansão das cidades na Europa, realizando uma confrontação entre o período da Revolução Industrial e a contemporaneidade. Nesse estudo, objetiva-se problematizar a relação entre o modelo econômico capitalista e a estruturação do espaço urbano, perpassando as consequências desse cenário para distintos grupos da população cidadina. A pesquisa foi realizada através de uma revisão teórico-crítica, utilizando os métodos indutivo e dialético, juntamente com as técnicas de pesquisa bibliográfica, comparativa e monográfica. Como resultados da pesquisa proposta, identificou-se a significativa influência exercida pelo modelo político-econômico capitalista na configuração territorial das cidades, através da qual o espaço urbano é organizado segundo critério de conveniência das classes economicamente abastadas e dos grupos empresariais com atuação no mercado imobiliário. As classes subalternizadas, nesse panorama, são destinatárias de um deslocamento compulsório para moradias periféricas e isoladas dos centros urbanos, em territórios com menor infraestrutura e serviços.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Globalização. Cidade. Segregação Urbana.

**ABSTRACT**

The present work makes a historical incursion on the capitalism and the expansion of the cities in Europe, making a confrontation between the period of the Industrial Revolution and the contemporary. In this study, the objective is to analyze the relationship between the capitalist economic model and the structuring of urban space, permeating the consequences of this scenario for different groups of the city population. The research was carried out through a theoretical-critical

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente do Curso de Direito e do Mestrado em Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Brasil. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-8488-1620> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5350349155728849> E-mail: [rotondanor@gmail.com](mailto:rotondanor@gmail.com)

review, using the inductive and dialectical methods, together with bibliographic, statistical, comparative and monographic research techniques. As a result of the proposed research, the significant influence exerted by the capitalist political-economic model on the territorial configuration of cities was identified, through which the urban space is organized according to the convenience criteria of the economically wealthy classes and the business groups operating in the real estate market. The oppressed classes, in this panorama, are the recipients of a compulsory displacement to peripheral homes and isolated from urban centers, in territories with less infrastructure and services.

**Keywords:** Capitalism. Globalization. City. Urban Segregation.

## INTRODUÇÃO

A cidade deveria ser um espaço de convivência múltipla e plural entre os seus habitantes, dentro da qual as potencialidades humanas seriam eficazmente desenvolvidas por meio da convivência social, cultural e política com os seus pares. Mediante a aproximação constante com ideologias e práticas diversas dentro do espaço urbano, os cidadãos estariam exercitando constantemente sua reflexão acerca dos caracteres imbuídos em seus modos de vida, culminando em um conseqüente crescimento intelectual-cultural e no desenvolvimento da capacidade de respeito pelas formas de vivência distintas.

Além da integração entre os seus cidadãos e do desenvolvimento de aptidões humanas, o espaço urbano deveria ser ainda um local utilizável e utilizado pelos indivíduos – tendo em vista que, ao menos em tese, este se configura como bem público. A edificação das cidades e dos seus múltiplos e variados espaços de encontro, lazer, aprendizado, relaxamento, atividades físicas, etc. são destinados aos cidadãos. O usufruto da cidade em sua plenitude se insere justamente dentro do objetivo pelo qual tais espaços urbanos foram criados: como localidades a serem utilizadas pelos cidadãos.

Ocorre que, na contemporaneidade, a configuração das cidades acabou respondendo ao atendimento dos interesses de grupos sociais e econômicos específicos, negando-se a grande parte da população a plenitude do seu uso irrestrito. Uma série de distintos fatores produziu uma cidade fragmentada e segmentada, com espaços nos quais por vezes os habitantes optam pela autoexclusão da convivência com os demais grupos que habitam o mesmo território urbano; enquanto que por

outras vezes, ocorrem processos de segregação forçada de coletividades humanas que anseiam pelo usufruto da cidade, mas que são impedidas de efetivá-lo.

Tais distorções no processo de apropriação e uso do espaço urbano que permeiam a era pós-moderna detêm estreita relação com o avanço do capitalismo no mundo globalizado, ao moldar a visão de mundo dos sujeitos para a competitividade e o individualismo. Perde-se a noção de alteridade frente ao outro: há a objetificação dos demais, que servem como meros instrumentos para o particular alçar conquistas maiores no processo de acumulação do capital. Nesse processo, apropriar-se das habitações urbanas melhor localizadas e com infraestrutura mais elevada se torna mais relevante do que refletir sobre o deslocamento das classes menos abastadas para as periferias, que muitas vezes é consequência deste ciclo.

Desse modo, a ideologia individualista vigente acaba por transformar a cidade e o espaço urbano em meros objetos de consumo. Os agrupamentos que detêm maiores níveis de renda financiam a reestruturação da cidade pelos agrupamentos empresariais, que modelam a organização do espaço urbano de acordo com os seus interesses privados. O Estado, cooptado pelo poderio econômico das empresas, acaba anuindo com os projetos de transformação da cidade edificadas por tais setores, omitindo-se na maioria dos casos quanto ao seu dever de defesa dos direitos da população subalternizada.

O intuito primordial da investigação ora em evidência é, justamente, realizar uma análise crítica acerca da estreita ligação entre estes pressupostos: o recente processo de segregação, fragmentação e apropriação privada que permeia o espaço urbano e a influência que a expansão dos ideais capitalistas e do poderio hegemônico empresarial possuem nessa conjuntura. Para tanto, realizaremos um processo de investigação acadêmica eminentemente bibliográfica, utilizando estudos empíricos e teóricos realizados precipuamente na área das ciências sociais.

## **1. UMA DIGRESSÃO HISTÓRICA: CAPITALISMO E ESPAÇO URBANO NO SÉCULO XIX**

O capitalismo não é, somente, um modelo econômico: mais do que isso, ele é um projeto de organização da vida humana global. O sistema capitalista interfere em todas as estruturas sociais, culturais, espaciais e políticas, disseminando uma ideologia própria que modela a visão de mundo humana e transforma drasticamente as relações sociais entre estes indivíduos. Entender todo este processo dentro da qual a conjuntura contemporânea global está imersa requer o retorno a alguns

conceitos básicos da estrutura capitalista, elucidando os seus principais preceitos ideológicos e refletindo criticamente sobre as suas consequências.

As bases sobre as quais o capitalismo se insere estão vinculadas a um processo de produção e comercialização de bens, na qual a circulação de mercadorias e o conseqüente consumo destes produtos são peças-chave nessa engrenagem. Nesse processo de produção, a teoria marxista clássica distingue dois principais grupos: os detentores dos meios de produção e o trabalhador. O processo produtivo capitalista se dá, nesses termos, por meio da compra da força laboral do trabalhador assalariado pelos donos do maquinário fabril e industrial<sup>2</sup> – ou, mais recentemente, por quaisquer outros empreendimentos mercantis.

Há, neste ponto, uma aparente neutralidade das relações entre os proprietários dos meios de produção e os obreiros, que se complementam: enquanto os primeiros necessitam de trabalhadores para produzir, os segundos precisam de dinheiro para o próprio sustento. A história, entretanto, demonstra que se trata de uma negociação desigual, em que os donos dos instrumentos de produção exploraram a força laboral dos trabalhadores para obter a maior lucratividade possível (HOBSBAWM, 1982). A aparelhagem produtiva mecanizada criada a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII e principalmente início do século XIX, contribuiu de modo decisivo para esse desnivelamento de forças em favor dos proprietários.

Compreender o contexto no qual o capitalismo emerge propicia avaliar as suas principais características de origem e expansão global, que ocasionaram no mundo mudanças significativas – no cenário socioeconômico e, também, no espaço urbano. Embora a estrutura capitalista tenha se adaptado ao longo dos séculos, acreditamos que os seus principais elementos permanecem em vigor: acumulação, exploração, concorrência, individualismo, consumismo, circulação de mercadorias, investimento tecnológico, entre outros. Todos estes fatores estão presentes na contemporaneidade, alguns com mais incidência do que no passado. Esta breve incursão histórica, dessa forma, almeja delinear a inserção dos referidos caracteres no panorama das sociedades globais.

A presente pesquisa debate dois relevantes elementos históricos oriundos do capitalismo, que possuem consistente relação com a temática da reconfiguração do espaço urbano na modernidade: a

---

<sup>2</sup> “O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista” (MARX, 1996, p. 304).

primeira delas é a pauperização da classe trabalhadora e da população em situação de não emprego; a segunda é a transformação do espaço urbano em mercadoria. Por intermédio desta dupla atuação, os setores capitalistas conseguem se apropriar da estrutura das cidades e definir o papel e a localidade ocupada por cada agrupamento humano dentro delas. Tal processo ocorre de modo silencioso e, muitas vezes, imperceptível até mesmo pelas suas vítimas – em um processo de *violência simbólica* (BOURDIEU, 1989).

Este trabalho se inicia com uma investigação histórica sobre o período conhecido como Revolução Industrial, devido à relevância que tal contexto possui para analisar a formação de estruturas socioeconômicas de exploração e acumulação de propriedade. Num segundo momento, evidenciaremos que uma parte considerável dos elementos anteriores ainda está presente na contemporaneidade, não obstante o capitalismo tenha se reformulado, construindo novos mecanismos para manter presente as relações de poder entre os grupos sociais. Por fim, nossa análise incorrerá em como esse mesmo capitalismo se apropriou do espaço urbano e o transformou em mercadoria de livre comercialização, provocando a reestruturação de grupos inteiros que habitavam certas localidades.

### 1.1. Revolução Industrial e questão social: a exploração das massas

As previsões elaboradas por Thomas Malthus,<sup>3</sup> indicando a inevitável escassez de recursos globais para o atendimento das demandas humanas, acabam sendo indiretamente contestadas pelas inovações tecnológicas trazidas pela modernidade capitalista. Assim, a multiplicação da capacidade de manufatura à época através da introdução do maquinário industrial elevou de forma significativa o número de bens de consumo produzidos. A chamada Revolução Industrial trouxe consigo a possibilidade efetiva de atendimento dos pleitos da população menos abastada, que sofria ao longo dos séculos com a falta de recursos.

Entretanto, o que ocorreu foi justamente o contrário. A pobreza se alastrou pelo cenário europeu com força e propriedade ante os contingentes da população subalternizada, ao mesmo tempo

---

<sup>3</sup> “I said that population, when unchecked, increased in a geometrical ratio, and subsistence for man in an arithmetical ratio. (...) Taking the population of the world at any number, a thousand millions, for instance, the human species would increase in the ratio of – 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512, etc. and subsistence as – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, etc. In two centuries and a quarter, the population would be to the means of subsistence as 512 to 10: in three centuries as 4096 to 13, and in two thousand years the difference would be almost incalculable, though the produce in that time would have increased to an immense extent” (MALTHUS, 1798, pp. 6-8).

em que se multiplicava a riqueza dos donos de indústrias. Não somente aqueles indivíduos que não estavam inseridos no mercado laboral, mas também os trabalhadores com emprego sofreram com as transformações oriundas da referida mutação técnico-industrial. A ideologia liberal da livre contratação da força de trabalho, que foi aplicada em substituição ao paradigma servil e ao modelo escravista anteriormente utilizados, constitui uma base importante para o modelo de opressão trabalhadora que passa a ser utilizado.

Vejamos. A introdução do maquinário industrial do capitalismo emergente, que despontava na Inglaterra principalmente a partir do primeiro terço do século XIX, possibilitou multiplicar assustadoramente a capacidade de fabricação de produtos. Tal industrialização, por sua vez, criou um cenário em que os novos artefatos de produção substituíram a força de trabalho humana, tomando os postos dos operários nas indústrias. Uma imensa massa de indivíduos foi vitimada por esse *desemprego tecnológico*,<sup>4</sup> passando a compor fileiras cada vez maiores de cidadãos à procura de trabalho nos setores produtivos das cidades.

O que parecia ser uma conjuntura extremamente favorável ao progresso social, a partir do acréscimo substancial da capacidade produtiva industrial de bens de consumo em conjunto com o decréscimo do valor de venda desta mercadoria, em verdade se revelou como uma situação de recrudescimento das condições de vida humanas (PEREIRA, 2004). Se anteriormente a força produtiva estava centrada no indivíduo, este novo cenário transfere tal protagonismo para a máquina, cabendo aos sujeitos um papel secundário e numericamente inferior ao que antes desempenhavam nas indústrias.

É justamente desse modo que se dá a criação de uma *superpopulação relativa flutuante* ou do que se costuma chamar como *exército industrial de reserva*.<sup>5</sup> O crescimento de uma camada populacional em situação de não emprego, mediante a substituição do homem pela máquina nas empresas, é extremamente útil ao capitalismo. A imensa massa de operários desempregados serve

---

<sup>4</sup> "(...) existe desemprego tecnológico quando o operário demitido pela introdução de uma nova máquina (ou tecnologia) no processo produtivo não encontra um novo trabalho num curto período de tempo. Caso o trabalhador demitido pela nova máquina encontre um novo emprego rapidamente numa outra empresa, ele não é um desempregado, logo não existe desemprego tecnológico porque não existe desemprego. O desemprego tecnológico só existe quando há desemprego e caso este desemprego tenha sido causado pela introdução de uma nova máquina ou tecnologia" (COUTO, 2011, p. 301).

<sup>5</sup> "À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantêm por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma *superpopulação relativa flutuante* ou *exército industrial de reserva*" (MARX, 1996, p. 41).

como imediata composição de mão de obra nos setores produtivos que sejam criados pelos donos dos meios de produção. Além disso, esta camada de desocupados laborais atua de modo a exercer constante pressão sobre os trabalhadores contratados: estes sujeitos passam a trabalhar com maior vigor, produzindo mais, com receio de perder o seu posto de serviço; os trabalhadores são obrigados a aceitar, ainda, menores remunerações em condições de trabalho menos favoráveis, devido à intensa concorrência por empregabilidade.

Como relata José Paulo Netto (2001, p. 42), “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. O autor relata que em períodos anteriores, a miserabilidade estava associada à falta de produtos e bens para suprir as necessidades básicas da população menos favorecida. A partir da Revolução Industrial inglesa, deu-se justamente o contrário: houve a multiplicação da produção destes bens, com capacidade suficiente para reduzir – ou mesmo acabar – com a pobreza; entretanto, os pressupostos nos quais essa elevação na produção se deu foram justamente aqueles culpados pela situação de penúria dos indivíduos (IAMAMOTO, 2001; PEREIRA, 2001; STEIN, 2000).

Isto porque o pressuposto central que permeia o capitalismo é a acumulação de capital mediante a exploração da força de trabalho assalariada (MARX, 1996). A distribuição das riquezas produzidas passa longe de ser a intencionalidade iminente ao sistema econômico capitalista; em verdade, é justamente a partir do contrário – com a concentração da propriedade – que este se locupleta. A intencionalidade básica inerente ao processo de produção capitalista está localizada na realização econômico-financeira mais acentuada possível dos donos dos meios de produção, usufruindo da capacidade laboral proletária para tanto.

Em períodos anteriores, a pobreza era vista como um fenômeno social necessário, tendo em vista que a privação servia como motivação para que o sujeito estivesse sempre em busca de trabalho, gerando riqueza para os Estados. A chamada *doutrina da utilidade da pobreza*<sup>6</sup> teve, pois, intensa vigência no período pré-capitalista – em especial, no feudalismo – tendo influenciado a conformação da futura ideologia empresarial. Com a emergência das novas relações de trabalho e produção do século XIX, a pobreza se alastra com propriedade sobre a sociedade moderna, gerando o risco de culminar em uma fratura social; o que era desejável, agora passa a ser visto como um problema.

---

<sup>6</sup>“(…) os esforços perniciosos de caridade estão ligados à teoria de mercado de trabalho. Deve-se permitir à fome produzir seu efeito, para que os trabalhadores sejam compelidos a se empenhar. Caso contrário, eles reduzirão seus esforços e destruirão sua única salvaguarda contra a fome” (BENDIX, 1996, p. 94). Ver ainda: FLEURY, 1994.

Esta transição do pensamento social da época teve como propulsor a organização e pleito dos trabalhadores, que passaram a se arregimentar coletivamente e colocar as suas demandas frente ao Estado. Há a emergência de novos atores no cenário político moderno, que transformam a visão naturalizada da pobreza – inevitável e inerente às sociedades – em uma decorrência direta das relações de exploração capitalistas – para as quais o Estado deve tomar medidas de proteção (STEIN, 2000). Tais conflitos e tensões despertaram o interesse das instituições estatais, tendo em vista a iminente ameaça à ordem social e política que representavam.

Assim ficou caracterizada a *questão social*,<sup>7</sup> como a demanda sociopolítica do processo de pauperização da classe trabalhadora, oriunda da transformação socioeconômica capitaneada pela Revolução Industrial, que deu origem a novas formas de exploração capitalistas. Ao contrário das formas laborais anteriores, o capitalismo recém-instaurado mascarava a exploração dos trabalhadores sob o discurso da liberdade contratual, em que as livres negociações trabalhistas e salariais entre empregador e empregado definiriam os termos da relação laboral a ser desenvolvida dentro das fábricas (PEREIRA, 2004).

Neste âmbito, deve-se ressaltar a predominância que o discurso liberalista teve no cenário europeu no século XIX e na contribuição que este teve para a construção do referido cenário de exploração do trabalhador. A expansão da capacidade produtiva e de escoamento dos bens fabricados para mercados longínquos e anteriormente inalcançáveis – possibilitado pela construção de estradas de ferro em massa – praticamente impeliram os países europeus a adotarem aos preceitos do livre mercado. A adoção de preceitos liberais era vista como condição imprescindível para alcançar o desenvolvimento econômico. Sobre o tema:

Observadores da época também teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, engenho com o qual, todos concordam, o progresso da indústria ganhou força. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico (HOBSBAWM, 1982, p. 51).

---

<sup>7</sup> “Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. E a questão do pauperismo. Momento essencial aquele em que pareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização de massa” (CASTEL, 1998, p 30).

Paulatinamente, as leis protecionistas dos países europeus foram modificadas, abrindo-se os mercados para a chegada dos produtos fabricados pelos novos instrumentos técnico-industriais. Os Estados europeus reduziram cada vez mais a sua esfera de intervenção sobre os setores sociais e econômicos, retirando quaisquer barreiras à propriedade privada dos meios de produção de modo a possibilitar a plena concorrência dos seus produtos nacionais. Nessa esfera, seguindo a cartilha liberal,<sup>8</sup> igualmente as relações de contratação entre os trabalhadores e os empregadores passam a ser livremente estipuladas pelo mercado.

Desse modo, as leis que dispunham sobre as relações trabalhistas foram alteradas pelas nações, estabelecendo-se critérios de igualdade formal ante os patrões e empregados, posto que também as relações de emprego deveriam ser estipuladas e reguladas pelo livre mercado. Esta suposta igualdade se traduzia, na prática, como um movimento de opressão dos operários urbanos, tendo-se em conta que a oferta de trabalhadores disponíveis era significativamente superior ao número de postos de ocupação disponíveis (MARX, 2008) – devido à introdução do maquinário fabril, como já comentado.

Os empregadores passaram, então, a utilizar métodos para acirrar ainda mais a concorrência entre os trabalhadores e transformar as relações salariais em típicas relações de mercado. Uma das estratégias adotadas foi diminuir período médio relativo aos vencimentos pagos aos operários, que passaram a ser remunerados semanalmente e, em alguns casos, a ser pagos por dia ou mesmo por hora trabalhada (HOBBSAWM, 1982). Desse modo, as negociações laborais se tornaram muito mais flexíveis: o trabalhador que produzisse pouco em determinado dia não seria contratado no dia seguinte; o operário que aceitasse receber menos do que o seu colega de trabalho ganharia a sua vaga.

Se em um mercado sem qualquer intervenção econômica o que predomina é a concorrência empresarial, obtendo vantagem os fabricantes que conseguem produzir os seus produtos pelo menor custo possível, os trabalhadores se colocam como o polo mais frágil da corrente. Os processos de diminuição de custos de produção para comercialização do produto final em vantagem concorrencial implicam, pois, em uma mutilação da remuneração operária – que pode estar somada, ainda, com pressão pelo aumento da produtividade e cumprimento de jornadas de trabalho mais extensas.

---

<sup>8</sup> “Liberalismo é liberdade econômica, é liberdade de iniciativa, entendidas como o direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores, os usuários, desejam. É a liberdade de contrato representada pelo estabelecimento de preços, salários e juros sem restrições de qualquer natureza. É a aventura e o risco de alguém só ser bem-sucedido se produzir algo melhor e mais barato” (STEWART JR., 1995, p. 73).

Se o desemprego tecnológico vitimou uma imensa massa de trabalhadores que foram lançados ao desemprego, a adoção do liberalismo pelas nações submeteu os operários empregados à intensa exploração pelos donos dos meios de produção. A pauperização dos trabalhadores chegou a ser tão incisiva que, segundo Potyara Pereira (2004), a distinção entre um empregado assalariado e um indigente era realizada com dificuldade. A intensa sede pela conquista de uma maior fatia no mercado capitalista que move os setores empresariais vitima as classes trabalhadoras que, desprotegidas pelo Estado, têm suas opções de emancipação extremamente reduzidas.

Mas qual a relação entre a industrialização, a pauperização do trabalhador e as alterações do espaço urbano? Como estes elementos se cruzam e influem na estruturação de novas cidades, com configurações completamente distintas das aglomerações urbanas que as antecedem? As demandas da população subalternizada direcionadas ao espaço urbano não são exclusividade da contemporaneidade: é principalmente a partir do período estudado – o século XIX – que elas têm origem. Esta reflexão específica será desenvolvida, pois, no tópico a seguir, principalmente a partir dos escritos de Friedrich Engels e Henri Lefebvre.

## 1.2 Reflexões históricas sobre urbanização e moradia

O processo de industrialização ocidental proveniente da Revolução Industrial gerou intensas consequências para o mundo urbano e a sua configuração. É preciso ressaltar, inicialmente, que não somente a cidade foi industrializada – mas também o campo. Máquinas de produção na agricultura foram introduzidas principalmente nos grandes latifúndios, onde houvesse indivíduos com capital financeiro suficientemente alto para nelas investir. O retorno dessa aquisição era quase certo: a produção, anteriormente dependente da mão de obra do camponês, foi acelerada e multiplicada pela mecanização recém-instaurada.<sup>9</sup>

Com a expansão na fabricação de bens rurais, o preço destes produtos diminuiu consideravelmente – como consequência da maior oferta destes no comércio e devido também à exigência do mercado concorrencial liberal. Para o pequeno agricultor, cuja produção se dava de forma manual e em pequena escala, a redução de preços para competição com novos mercados era limitada

---

<sup>9</sup> “Wool production, 1850-70, rose more than threefold from 52 million pounds to 162 million pounds, most of the rise occurring in the latter decade as a result of the military demand. Wheat output also rose substantially under the impetus of a strong European demand in the 1850's and a strong wartime demand in the 1860's. From 86 million bushels in 1850, output entering gross product rose more than 70 per cent by 1860, and by 1870 the level of output was about times that of twenty years earlier” (TOWNE; RASMUSSEN, 1960, pp. 260-261).

dada a menor viabilidade da própria produção nesse contexto. A entrada do maquinário produtivo rural representou a quebra brusca da necessidade de uma vasta gama de mão de obra para a lavoura, acirrando a disputa laboral entre os camponeses e reduzindo os salários pagos pela venda da força de trabalho (COLLINS, 1987; VIAN et. al., 2013; SILVA, 2015).

Reduziram-se, desse modo, as perspectivas de sobrevivência digna da população na zona rural, impelindo-a a migrar para os centros urbanos. Não é por acaso que o referido período histórico registra uma intensa migração dos indivíduos do campo para as cidades, resultando em um processo de urbanização sem precedentes. Não seria exagero dizer que “o século XIX foi uma gigantesca máquina de levar homens do campo” (HOBASBAWM, 1982, p. 205); a introdução do maquinário agrário – substituindo a força de trabalho humana no campo – e a promessa de melhores condições de vida nas cidades forçaram o camponês a se aventurar nas grandes metrópoles.

Este movimento foi, sem dúvidas, influenciado pelo capital organizado, que via a expansão do exército de reserva nas cidades a partir da chegada das massas de desempregados do campo, estimulando a disputa laboral nas indústrias urbanas (MARX, 1996). Além disso, a expulsão dos indivíduos do campo abriu caminho para o capital organizado e para a plenitude da grande propriedade fundiária na zona rural, com a sua produção desenfreada e em larga escala tendo como objetivo primordial alcançar a maior lucratividade possível – utilizando, para tanto, métodos que não raramente provocam o desequilíbrio do ambiente natural à sua volta.<sup>10</sup>

As cidades, por sua vez, são soterradas por intensas camadas de migrantes em busca de emprego, vindo principalmente do campo. Encontram um cenário desesperançoso: a falta de trabalho e a precariedade das condições sociais são uma realidade evidente na cidade industrializada do século XIX. A anterior problemática habitacional enfrentada pelo operário que residia na cidade é agravada pela chegada dos sujeitos que viviam na zona agrária: o espaço urbano é espremido pelo novo contingente de habitantes, que provocam o aumento dos preços dos aluguéis devido à elevada procura (ENGELS, 1982).

O centro das cidades passa a ser objeto de desejo e oportunidade: neste, passam a ser concentrados o comércio e os serviços – fruto em grande parte da intervenção burguesa nas cidades, que estruturam suas funções essenciais nas áreas centrais (LEFEBVRE, 2001). Tal estratégia provoca uma valorização do solo e das edificações nas regiões urbanas centrais, estabelecendo

---

<sup>10</sup> “O campo desaparece duplamente: de um lado, através da industrialização da produção agrícola e do desaparecimento dos camponeses (e portanto do vilarejo), de outro, através da ruína da terra e da destruição da natureza” (LEFEBVRE, 2001, p. 146).

consequentemente obstáculos à permanência do operariado fabril nestas localidades. Tal processo de especulação fundiária e habitacional vai deslocando paulatinamente a classe proletária para os setores cada vez mais periféricos e distantes das cidades, afastando-os do centro urbano – apropriado pela burguesia industrial.

Entretanto, há evidente resistência do proletariado nesse processo. Ciente de que a moradia nos locais centrais lhe concede melhor qualidade de vida e oportunidades de acesso aos serviços urbanos, o trabalhador se desdobra em esforços para superar as desfavoráveis condições econômicas que lhe empurram para a periferia. Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas pelas famílias proletárias para combater a alta dos preços dos alugueis nas moradas do centro da cidade foi recorrer à convivência em conjunto de famílias distintas em uma mesma habitação, cenário que se tornava cada vez mais comum na Europa do século XIX:

Podemos fazer uma ideia de como os pobres estão amontoados ao tomarmos conhecimento de que, em 1817, segundo o relatório dos inspectores da Casa de Trabalho, 1318 pessoas habitavam na Barrack Street em 52 casas com 390 quartos e 1.997 pessoas na Church Street e arredores, repartidas por 71 casas com 393 quartos (ENGELS, 1975, pp. 66-67).

A inconveniência da proximidade da moradia entre a burguesia e o proletariado era, para o primeiro grupo, bastante evidente. Dados históricos dão conta de que as condições de habitação dos trabalhadores urbanos na Europa do século XIX eram péssimas, devido em grande parte à falta de recursos suficiente para que estes pudessem zelar pela saúde dos familiares e da higiene da moradia com o zelo necessário. Tal escassez pode ser considerada como consequência direta da exploração do labor do proletariado, que auferia limitados ganhos frente à venda da sua força de trabalho para os donos de fábricas e indústrias. Nessa esteira, aborda-se um relato acerca do pauperismo e das péssimas condições de moradia do proletariado em Londres, no ano de 1844:

Habitava em Pool's Place, no n.º 2 de Quaker Street, em Spitalfields, na maior miséria. Quando o agente da polícia chegou a sua casa encontrou-a com seis dos filhos, literalmente empilhados num pequeno quarto das traseiras da casa, só tendo per móveis duas velhas cadeiras de vime sem fundo, uma pequena mesa com dois pés partidos, uma ehavena partida e um pequeno prato. No átrio, uma pequena fogueira, e num canto tantos trapos quantos uma mulher pode trazer no avental, que serviam de cama a toda a família. Só tinham como cobertor as próprias roupas. A pobre mulher contou que tinha sido obrigada a vender a cama no ano anterior, para arranjar comida; os lençóis tinha-os deixado como penhor no merceiro a troco de alguns alimentos, e tinha tido que vender tudo só para comprar pão (ENGELS, 1975, p. 63).

Em segundo plano, o acirramento das relações sociais de classe era crescente, num panorama em que os operários urbanos se organizavam cada vez mais e passavam a identificar a burguesia como rival direto pela emancipação socioeconômica. Era preciso, pois, combater a ocupação do proletariado no centro das cidades por outras vias. Nesse sentido, uma das estratégias mais conhecidas foi desenvolvida em Paris, pelo barão Haussmann. O que ficou conhecido como *urbanismo haussmanniano* (PINHEIRO, 2001) consistia num suposto embelezamento e modernização da cidade, com a substituição de vielas e ruas tortuosas por grandes avenidas, construindo em seu entorno luxuosos edifícios. A ideologia imbuída neste processo visava, além de demolir habitações precárias e expulsar os moradores pauperizados do centro da cidade, impedir que a população menos abastada construísse barricadas para amparar as frequentes revoltas urbanas que ocorriam na capital francesa. Nesse sentido:

As intervenções haussmannianas mudam a maneira de pensar a cidade, tomando como principal elemento a rua e criando uma rede viária composta por um tecido arquitetônico que destrói bairros insalubres e vielas. Expulsam a população residente, melhoram a higiene e a circulação, mudam a imagem da área central, e a cidade prepara-se para um novo modo de vida. (...) O espaço haussmanniano é o espaço público – a rua, o passeio, as praças –, o espaço da mobilidade. A originalidade desse projeto está no conceito do sistema de circulação e de respiração, que superpõe malhas hierarquizadas, pertencentes a uma rede em estrela. Esse desenho não resulta num espaço homogêneo, uma vez que se acentua a divisão social entre leste e oeste, entre periferia e centro, mas ainda não se adota a ideia de cidade por setores (PINHEIRO, 2001, p. 77).

Ao revigorar o centro urbano de Paris, a política urbana haussmanniana abria caminho para a apropriação do espaço nuclear das cidades para o capital privado – para a burguesia insurgente, que substituía a política de opressão pela da exploração (LEFEBVRE, 2001). Todo este processo foi empurrando cada vez mais o operariado para as zonas periféricas das metrópoles, constituindo habitações nas únicas localidades em que era possível pagar o aluguel com a parca renda que lhes era remunerada a sua força de trabalho. Tornou-se cada vez mais difícil – até mesmo impossível – encontrar habitações proletárias no centro de Paris.

O modelo haussmanniano desenvolvido na capital francesa se tornou referência para os governantes de diferentes nações: Londres, Liverpool, Berlim e Viena são exemplos de organizações urbanas que seguiram os mesmos preceitos dessa modernização excludente. A este propósito, Friedrich Engels relata como a cidade inglesa de Manchester ilustrou com perfeição o protótipo urbano excludente das classes de trabalhadores. Estudando a Manchester do século XIX, o autor reflete sobre como os bairros centrais são ocupados por imensas vias de tráfego cercadas por empreendimentos

comerciais, por um lado, e habitações luxuosas, robustas e higienizadas, por outro. Enquanto isso, os bairros periféricos nos quais habita a população proletária são desestruturados, precários e sujos; o que mais impressiona o autor é como toda a estruturação da cidade reflete para que a burguesia privilegiada possa transitar livremente nesse espaço urbano sem que seja preciso cruzar com a pobreza e miséria contida nas regiões subalternizadas. Nesse sentido:

A própria cidade esta construída duma maneira tão peculiar, que podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela quotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários, se nos limitarmos a cuidar dos nossos negócios ou a passearmos. Mas isto deve-se principalmente ao facto de os bairros operários — quer por um acordo inconsciente e tacito, quer por intenção consciente e confessa — estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas a classe média, ou então, quando isso é impossível, dissimulados sob o manto da caridade. (...) Desta maneira podemos, desde que conheçamos Manchester, *deduzir* pelo aspecto das ruas principais o tipo de bairros contíguos, mas, nestas ruas, raramente estamos em condições de conhecer *realmente* os bairros operários. Sei muito bem que esta disposição hipócrita das construções é mais ou menos comum a todas as grandes cidades; também sei que os retalhistas devem, devido a própria natureza do seu comércio, monopolizar as ruas principais; sei que em toda a parte se veem, nas ruas deste género, mais casas bonitas do que feias, e que o valor do terreno que as rodeia é mais elevado que nos bairros periféricos. Mas em parte alguma como em Manchester constatei um isolamento tão sistemático da classe operária, afastada das grandes ruas, uma arte tão delicada em mascarar tudo o que pudesse ferir a vista ou os nervos da burguesia (ENGELS, 1975, pp. 80-82).

Consequente e juntamente com esta conjuntura, deu-se a construção de habitações em massa para a classe operária nos arredores das cidades. Era preciso, em primeiro plano, fornecer moradias para os trabalhadores, tendo em vista que o repouso — ainda que mínimo — dos operários culminava na minimização do cansaço laboral e aumento da produtividade, o que atendia aos anseios da burguesia (ENGELS, 1982). Ainda, contribuía para a definitiva retirada operária dos setores centrais do espaço urbano, instalando-se os trabalhadores em moradias em locais distantes do núcleo das cidades.

Amplia-se a ocupação urbana dos setores marginais das cidades, em que o proletariado é evidentemente a classe predominante a habitar esse novo nicho de moradias. A referida estratégia de classe teve como justificativa a moralização do operariado, ao conceder-lhes a efetiva propriedade do solo e do imóvel urbanos em que habitam. Todos estes fatores originaram a *suburbanização das cidades*, instalando-se uma periferia desurbanizada que continua a depender do centro urbano — em especial, no que tange à oferta de trabalho e serviços —, não obstante tal estratégia possa indicar uma

tentativa de supressão da participação popular nos rumos da metrópole. Discorrendo sobre o referido panorama:

Com a ‘suburbanização’ principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

Estabelece-se aqui uma verdadeira cisão da cidade moderna. Uma cisão física, em que classes distintas passam a habitar localidades também diferenciadas e delimitadas – os burgueses no centro e o proletariado nas periferias. Além disso, uma cisão ideológica (LEFEBVRE, 2001), na qual os grupos estabelecidos em seu núcleo interno veem-se possuidores da cidade e definem as suas prioridades internas, enquanto que as comunidades marginais se identificam cada vez menos com a metrópole e têm a sua participação e as suas reivindicações urbanas tolhidas e reprimidas pela classe hegemônica nas cidades.

A presente investigação histórica contida neste primeiro trecho do escrito sobre as relações sociais e as cidades no século XIX objetivou, pois, a demonstração das origens desta conjuntura urbana de segregação das classes menos abastadas, priorizando-se os grupos socioeconômicos de poder. O processo de industrialização do trabalho e das cidades foi o cerne das modificações estruturais nos setores econômico, social e urbanístico da época – transformações estas que permanecem, em grande parte, como herança da contemporaneidade. Com a continuidade das bases capitalistas de exploração do trabalho e acumulação de capital pela elite, também o panorama de isolamento socioespacial das camadas subalternizadas teve prosseguimento.

A atualidade, entretanto, revela fatores adicionais não presentes à época do século XIX. O capitalismo se modifica e se reinventa temporal e espacialmente, para atender as novas necessidades históricas que surgem paulatinamente – e manter a sua hegemonia. Assim como a revolução tecnológico-industrial transformou o cenário global no passado, é possível inferir que as inovações técnico-científicas do presente inserem as nações mundiais em uma nova era. Assim, os conceitos de globalização e neoliberalismo pressupõem rupturas com valores anteriormente existentes, ao mesmo tempo em que abrem caminho para o aprofundamento de estruturas de poder sociais e urbanas já estabelecidas.

## 2. O CAPITALISMO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO OU A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Em 1873, Jules Gabriel Verne lança um romance de aventura intitulado *A volta ao mundo em 80 dias*.<sup>11</sup> Descreve, pois, o personagem inglês Phileas Fogg, que se atreve a circum-navegar o planeta em 80 dias, após ser desafiado a tanto e realizar uma aposta de 100 milhões de libras. A jornada do nobre inglês Fogg juntamente com o seu fiel escudeiro Jean Passepartout pelo globo terrestre é bem sucedida, graças às recentes inovações tecnológicas da época, que agregavam a expansão e interligação de um sistema náutico veloz com uma malha ferroviária avançada.

Verne não escreveu uma estória distante da realidade: em 1873, era realmente possível dar a volta no planeta em 80 dias – missão que 25 anos antes, em 1848, levaria cerca de 11 meses (HOBBSAWM, 1982). Os surpreendentes avanços científicos da época modificaram intensamente as possibilidades de acesso a localidades distantes do mundo; do referido período até os dias atuais, este movimento somente se acentuou. Quase 150 anos depois do romance do autor francês ter sido escrito, o mesmo objetivo – dar a volta ao mundo – pode ser efetivamente cumprido em um tempo significativamente reduzido: em menos de dois dias, um jato pode cruzar todo o planeta e retornar ao seu ponto de partida (TERRA, 2013; UOL, 2013).

Tal exemplo demonstra o grau de evolução tecnológica que permeia o mundo contemporâneo: seja por meio do avião ou de outro meio de transporte modernizado, as pessoas e as mercadorias conseguem vencer grandes percursos em períodos relativamente pequenos de tempo. O maquinário industrial está mais eficiente e produtivo, dependendo cada vez menos da força de trabalho humana.<sup>12</sup> O acesso à informação e a comunicação se tornaram instantâneas, havendo o contato em tempo real entre as mais distantes localidades do globo terrestre (TAVARES, 2012; JADE, 2014).

Nesse novo cenário, o campo de possibilidades é significativamente ampliado. Um indivíduo pode trabalhar semanalmente no Uruguai, mas residir no Canadá. Os cidadãos japoneses são capazes de acompanhar o desenrolar de uma revolução civil ocorrida na Turquia pelas mídias televisivas e virtuais ao mesmo tempo em que os habitantes turcos. Em um dia típico no Egito, um nacional pode

---

<sup>11</sup> No original, *Le tour du monde en quatre-vingts jours*.

<sup>12</sup> “Os seres humanos só supervisionam o trabalho das máquinas. A unidade de Leipzig é uma prévia do futuro das fábricas. ‘Estamos no estágio inicial de uma mudança tão profunda na manufatura como aquela provocada pela Revolução Industrial’, afirma Erik Brynjolfsson, professor de tecnologia da informação do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)” (COSTA, 2014, s/p). Nesse sentido, ver também: FELLITI, 2014.

optar por comer em um empreendimento de comida rápida norte-americano com a mesma facilidade encontrada pelos estadunidenses. A gama de alternativas nesse sentido é infinita, possibilitando não só novas interações humanas e sociais, mas principalmente novos campos de atuação empresariais.

Vejamos. Este fenômeno de encurtamento das distâncias físicas e de redução do lapso temporal entre as atividades globais como um todo está ligado ao processo mundial de *globalização* (BAUMAN, 1999). A partir da revolução técnico-científica propagada principalmente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, houve um maior compartilhamento de informações, culturas, comunicações, indivíduos e principalmente de bens de consumo entre as mais longínquas nações. As fronteiras entre Estados e entre mercados foram fisicamente encurtadas e diminuídas, em um processo de compressão tempo/espaço.

Nessa vertente, a ocorrência dos acontecimentos locais passa a ser influenciada também por situações oriundas de outras localidades. O mundo passa a estar conectado, em um processo de inter-relação estatal que responde coletivamente a opções políticas, sociais e econômicas simultaneamente. Não é por acaso que para Anthony Giddens “a globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam as localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 60).

A globalização veicula a promessa de expansão e acesso a múltiplas experiências de vida, informação e cultura, decorrente da aproximação dos distintos espaços nacionais. O que ocorre, entretanto, é a ampliação e alcance da dominação de setores hegemônicos dentro dos distantes espaços territoriais, possibilitada por estes novos recursos tecnológicos de longa extensão. A força tecnológica, midiática e econômica concentrada sob o poder das elites do planeta, e é utilizada por estas para reforçar a sua posição dominante e opressora, exercendo pressão sobre a população subalternizada para a manutenção do seu *status* privilegiado (SANTOS, 2006).

Por um lado, a hegemonia é reforçada em sua vertente cultural: as culturas que, historicamente, impuseram um caráter hierárquico superior às demais alcançam novos povos e fronteiras anteriormente não infligidos por este processo alienador. Faticamente, isto implica o aprofundamento da *ocidentalização do mundo* (IANNI, 2003; IANNI, 1997; IANNI, 1998), que teve a sua ascensão histórica com as grandes navegações e a colonização dos territórios americanos, africanos e asiáticos. Este segmento de imposição cultural continua a ser exercido contemporaneamente, no qual os Estados Unidos ocupa posição de destaque (VICENTE, 2009; GROppo, 2005).

Por outro, a dominação se acentua em sua modalidade econômica: a globalização provocou o agravamento da desigualdade de recursos entre pessoas, empresas e Estados – em um cenário em que os mais abastados se tornaram mais ricos e os menos abastados sofreram uma espoliação mais acentuada do que em períodos anteriores. As novas tecnologias postas à disposição dos setores empresariais possibilitaram a expansão do alcance dos seus produtos no mercado internacional, dominando mercados globais inteiros e estabelecendo monopólios de atuação sem qualquer concorrência.<sup>13</sup> Consequentemente, há cada vez mais concentração de riqueza nas mãos de poucos indivíduos e empresas: no ano de 2016, a riqueza dos 1% mais ricos do planeta já supera os bens dos 99% restantes da população (REUBEN, 2016; REDE BRASIL ATUAL, 2015; UOL, 2015); tão grave quanto é noticiar que 62 pessoas detêm a mesma riqueza que a metade da população mundial mais pobre (FARIZA, 2015; CALEIRO, 2015; GLOBO, 2016).

O agravamento do cenário de miséria e exploração planetárias está relacionado ao fato de que a globalização representou “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2006, p. 23). A conjuntura mundial – aliando a derrocada do projeto socialista soviético, o surgimento de novas tecnologias de aproximação global e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social ante as políticas neoliberais – forneceu todos os elementos propícios para que o capitalismo se consolidasse como padrão econômico universal. Neste sentido, o processo de globalização representa inexoravelmente a globalização do capitalismo (IANNI, 2003).

O crescimento do paradigma capitalista em escala mundial propicia que os setores empresariais e financeiros adquiram poder em escala transnacional, rompendo com a estrutura anteriormente edificada de submissão aos Estados. Mais do que isso, as empresas passam a cooptar as instituições estatais, definindo as suas políticas governamentais em prol dos seus interesses privados. Ao dominar o controle da economia em escala global, as instituições econômico-financeiras subvertem a soberania dos entes estatais, posto que dependentes do jogo mercadológico internacional para angariar recursos e desenvolver seus projetos.<sup>14</sup>

Atendendo às demandas do empresariado transnacional, o Estado passa a adotar posicionamentos cada vez menos interventivos na seara econômica, reduzindo também a sua área de

---

<sup>13</sup> “Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como das finanças e da informação” (SANTOS, 2006, p. 46). Ver também: BAUMAN, 2009.

<sup>14</sup> “Com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa” (SANTOS, 2006, p. 76). Ver ainda: HARVEY, 2005; GROppo, 2005.

atuação em todas as esferas – inclusive a social. Impera novamente a funcionalidade diminuta do Estado, que deve abrir espaço para que a livre movimentação mercadológica do oligopólio empresarial internacional possa gerar a máxima produção, distribuição, consumo e lucro possíveis. Tal aproximação dos entes estatais com as empresas multinacionais produz, em consequência, o distanciamento dos agrupamentos sociais oprimidos, tendo em vista que ocorre uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a sociedade civil:

Amplios setores da sociedade civil, compreendendo classes e grupos sociais, são alijados, barrados, esquecidos ou desafiados a situar-se e mover-se apenas ou principalmente nos espaços do mercado. Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais os menos absolutos não só na economia e finanças mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder (IANNI, 2003, p. 57).

Além de um processo de globalização do capitalismo, houve um movimento de globalização do capital financeiro das empresas internacionais (MICK, 1998). Isto significa que o modelo anterior de instituição comercial em que os proprietários estão fisicamente inseridos no local do empreendimento entrou em decadência: com as novas tecnologias, surgem novas formas de investimento e gestão empresarial. Se é “o olho do dono que engorda o gado”,<sup>15</sup> atualmente o proprietário conta com alternativas múltiplas de acompanhamento e gestão em tempo real dos seus negócios por todo o mundo.

Dessa forma, os grandes conglomerados empresariais internacionais contam na atualidade com uma multiplicidade de proprietários de todo o mundo, que em alguns minutos adquirem ou vendem ações nas respectivas bolsas de valores. Os acionistas, detentores do comando dos empreendimentos, não estão interessados no desenvolvimento das localidades nas quais estão inseridas empiricamente as suas filiais: seus investimentos financeiros são realizados única e exclusivamente com a intenção de gerar lucro. Os *proprietários ausentes*, na lição de Zygmunt Bauman (1999, p. 16), estão materialmente isentos das consequências danosas que as suas companhias possam provocar ao meio ambiente, à população ou à urbanização dos locais nas quais estão instaladas.

---

<sup>15</sup> Ditado popular brasileiro, que se relaciona com a presença constante do proprietário do empreendimento como fator para o sucesso do negócio.

A determinação sobre qual espaço irá receber o empreendimento responderá aos critérios estabelecidos pelos donos da empresa, que invariavelmente estarão relacionados aos níveis de lucratividade oferecidos. Fatores como isenção de impostos, legislação ambiental e trabalhista flexíveis, além de mão de obra farta e barata direcionam a escolha dos acionistas para determinados territórios – em geral, países periféricos e subalternizados.<sup>16</sup> A chegada do empreendimento gera emprego e renda para a nação receptora; nesse quadro, infere-se que a adoção de políticas neoliberais se torna quase que uma obrigação aos Estados, para que estes possam atrair empresas e obter desenvolvimento econômico em um cenário de intensa disputa internacional entre os entes governamentais.

É através deste jogo político-econômico de poder que o conglomerado financeiro-mercantil globalizado manipula as instituições estatais. Nesse prisma, “o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes em escala mundial” (IANNI, 2003, p. 58). Edifica-se modernamente a existência de um Estado comprometido faticamente com as necessidades transnacionais, sob o ilusório véu da gestão de problemáticas nacionais: a fluidez do capital produtivo e especulativo é classificada como prioridade; por sua vez, a pauperização e opressão da classe trabalhadora e em condição de não emprego são mascaradas e amparadas com meros paliativos. Não é exagero entoar que “Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais” (SANTOS, 2006, p. 73).

Mas qual é a relação entre o referido cenário e as modificações ocorridas dentro das cidades? Qual a influência da globalização capitalista na gerência do espaço urbano e na vida dos cidadãos? Como espaço de poder, a cidade não escapa à intervenção dos setores hegemônicos social, política e financeiramente. A disputa pela ocupação do espaço urbano do século XIX entre os grupos sociais permanece vigente; entretanto, a pós-modernidade globalizada traz novos instrumentos de remanejamento da população na cidade – e conseqüentemente, de segregação e espoliação.

---

<sup>16</sup> A produção de bens de consumo de empresas multinacionais vem cada vez mais sendo deslocada para países periféricos, com legislações trabalhistas fracas ou inexistentes – elevando-se, assim, a mais valia e os níveis de lucratividade com os produtos fabricados. A estadunidense Nike e a alemã Adidas são exemplos de grandes conglomerados empresariais que instalaram suas empresas na China, Índia e outros países que possibilitam efetuar a manufatura de produtos com despesas significativamente reduzidas (OLIVEIRA, 2012).

### 3. O ESPAÇO URBANO NA PÓS-MODERNIDADE CAPITALISTA

Ainda é bastante usual disseminar a crença de que o espaço é um produto neutro, cuja produção e reprodução são supostamente espontâneas – no sentido de que a sua ocupação e distribuição são direcionadas por forças aleatórias e incertas. Nega-se, assim, a possível influência que o capitalismo teria dentro da organização socioestrutural do espaço urbano. Tal assertiva, entretanto, é um equívoco:<sup>17</sup> mais do que uma mera influência, o capital organizado exerce verdadeira hegemonia sobre o desenvolvimento espacial das cidades por meio das mais diversas instituições, sejam elas privadas ou públicas.

Ao discorrermos sobre os proprietários ausentes, inferimos que o controle dos grandes conglomerados empresariais internacionais está sob o domínio de indivíduos em locais distintos e por vezes distantes dos espaços físicos ocupados por seus empreendimentos. A gestão empresarial destas multinacionais adota critérios meramente mercadológicos para desenvolver seus projetos, visando somente o lucro – não se comprometendo com problemas sociais da população local (GIDDENS, 1991). Não sendo mais pertinente – digo, lucrativo – que determinada filial permaneça em algum Estado, há a possibilidade real de que os investidores efetuem o remanejamento do seu negócio para outra nação.

Há, portanto, o caráter livremente móvel para os empreendimentos econômicos instalados por tais conglomerados financeiros nos países do mundo. Enquanto a população trabalhadora, os seus fornecedores, o meio ambiente, o Estado e a própria localidade daquele país permanecerão inseridos no território nacional, a empresa física pode ser transferida para qualquer outro local que seja mais conveniente aos interesses econômicos dos seus donos. Com a globalização, as empresas multinacionais não estão mais presas em qualquer local – adquiriram o poder da *mobilidade* (BAUMAN, 1999), que lhes confere a prerrogativa de dissociação quanto aos problemas locais das sociedades nacionais.

Detentoras do privilégio da mobilidade, as empresas crescem o seu poder de barganha em relação aos Estados, que deverão fornecer as melhores condições possíveis para atrair os seus investimentos e empreendimentos. Além disso, esta vantagem significa “uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical

---

<sup>17</sup> “Is it conceivable that the exercise of hegemony might leave space untouched? Could space be nothing more than the passive locus of social relations, the milieu in which their combination takes on body, or the aggregate of the procedures employed in their removal? The answer must be no” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições de vida” (BAUMAN, 1999, p. 16). Em suma: o capital globalizado, sem vínculos territoriais e sem amarras, livra-se em grande monta da responsabilidade pelas consequências danosas que provoca.

Forma-se um quadro em que as políticas econômicas de atuação das empresas são desenvolvidas em escala global, enquanto os Estados permanecem limitados à formulação de soluções em um âmbito local. Há uma evidente impossibilidade de resolução de problemas sociais nacionais: a capacidade dos entes estatais de findar a causa das questões sociais é extremamente restrita, restando-lhe propor paliativos para minimizar tais reflexos internos (SANTOS, 2006; BAUMAN, 2009). Em um mundo globalizado, em que os processos econômicos são cada vez mais supraestatais, as políticas locais perdem gradativamente a eficácia.

Nesse prisma, a problemática dos países do mundo – especialmente a das nações periféricas e pós-colonizadas – sofre efeitos diretos das relações de poder desenvolvidas em sede internacional. As cidades são um espelho evidente deste panorama: os acontecimentos que refletem sobre o espaço urbano das cidades, provocando nestas modificações e alterações, possuem relação com o movimento econômico global.<sup>18</sup> A desvinculação pós-moderna dos empreendimentos mundiais sobre o território e a população locais, nessa seara, transforma as cidades em verdadeiros *depósitos de problemas causados pela globalização* (BAUMAN, 2009), para os quais não se vislumbrar alternativas viáveis. Nesse sentido, “Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais” (BAUMAN, 2009, p. 32).

Além da criação de mazelas de origem supranacional, que se acumulam nas cidades modernas, o capitalismo incide ainda sobre o próprio espaço urbano e sobre as suas estruturas. O interesse dos setores empresariais hegemônicos se volta para a cidade e modifica seu espaço não somente a partir da instalação de empreendimentos industriais, comerciais e fabris; mais do que isso, o capitalismo pós-moderno vê na disposição ocupacional da cidade uma oportunidade mercadológica. Em outros termos: há a transformação do espaço urbano em mercadoria (LEFEBVRE, 2001), passível de apropriação pelos grupos sociais que disponham dos recursos monetários para adquiri-la.

---

<sup>18</sup> “Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão” (GIDDENS, 1991, p. 60-61).

Se a força motriz do capitalismo é o consumo, por que não tornar a própria cidade um objeto de satisfação e desejo pelos cidadãos – ou melhor, pelos seus “consumidores”? O espaço urbano passa, então, a ser modelado pelos setores hegemônicos capitalistas para que o seus empreendimentos imobiliários estejam ao alcance dos possíveis interessados, gerando a lucratividade desejada. Nesse quadro, a transformação das cidades segue o *urbanismo dos promotores de venda* (LEFEBVRE, 2001), que delimitam áreas territoriais de valor comercial e executam o seu planejamento espacial a partir de critérios meramente mercadológicos – pouco importando os efeitos colaterais aos cidadãos, à organização da cidade ou do meio ambiente.

Os espaços públicos de interação coletiva, discussão pública e também de lazer e vivência da cidade estão sendo gradativamente substituídos por áreas de propriedade privada, destinadas ao encontro meramente para o consumo coletivo. Fecham-se, desse modo, antigas opções de integração e mobilização da população – que discutiriam as problemáticas e as possíveis soluções sociais – e se estabelece um padrão de uso da cidade unicamente voltado para a satisfação de interesses individuais (BAUMAN, 1999). A cada vez mais comum edificação de *shopping centers* segue justamente esse modelo de transformação urbana.

Nesse cenário, a formação de espaços territoriais exclusivos é uma forte tendência promovida pelo capitalismo neoliberal excludente. O paradigma de vivência individualista e competitiva proposta pelo capitalismo globalizado provoca a quebra da alteridade, em que o outro é identificado como adversário – não mais como um ser humano com necessidades e desejos, como membro de uma mesma coletividade social. É preciso, então, que sejam criadas esferas de não convivência com os demais, posto que o contato coletivo – a intersecção da subjetividade individual com a alheia – seja minimizado e reduzido, para que a plenitude da satisfação autoconstruída (narcisista e egoísta) seja contemplada. Desse modo:

“Na verdade, a perversidade deixa de se manifestar por fatos isolados, atribuídos a distorções da personalidade, para se estabelecer como um sistema. Ao nosso ver, a causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição, por lei geral da vida social, da competitividade como regra absoluta, uma competitividade que escorre sobre todo o edifício social. O *outro*, seja ele empresa, instituição ou indivíduo, aparece como um obstáculo à realização dos fins de cada um e deve ser removido, por isso sendo considerado uma coisa. Decorrem daí a celebração do egoísmo, o alastramento dos narcisismos, a banalização da guerra de todos contra todos, com a utilização de qualquer que seja o meio para obter o fim colimado, isto é, competir e, se possível, vencer” (SANTOS, 2006, p. 60).

A crescente da *mixofobia*<sup>19</sup> entre os cidadãos é um reflexo imanente do paradigma capitalista individualista em vigência na sociedade pós-moderna. Em consequência, contribui para estimular a criação de espaços reservados e isolados – uma tendência contemporânea em ebulição no espaço urbano das metrópoles brasileiras e mundiais. A partir da disseminação do medo entre os cidadãos, a realização e a satisfação pessoal passa a não mais estar vinculada com a possibilidade de frequentar os espaços públicos; pelo contrário, o espaço de desejo passa a estar relacionado com o confinamento e a reclusão.<sup>20</sup>

Insero dentro deste panorama de medo e autoconfinamento dos cidadãos que habitam as cidades, o capitalismo produz um novo mercado específico para atender às elites que buscam implementar o seu caráter isolado e inacessível dos demais (MENDES, 2011). Há a significativa expansão da construção de condomínios fechados, com aparatos de segurança e vigilância tecnológicos e extremamente rigorosos no controle do acesso ao seu espaço interno. A cidade torna-se um local de verdadeiros *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2000; GOULART & BENTO, 2011; SANTOS & AMORA, 2015), onde uma série de barreiras físicas é instituída para preservar as necessidades de não contato dos grupos mais abastados com os demais habitantes.

Tais *guetos voluntários* (BAUMAN, 1999) dominam o espaço central das cidades, e não se reduzem a condomínios fechados de habitação e moradia: centros administrativos, empreendimentos de lazer e conjuntos comerciais passam a ser formados em estruturas semelhantes de isolamento privado. Os grupos sociais indesejados, considerados socialmente inferiores, são excluídos do contexto de uso e gozo destes territórios, sendo realocados para espaços distantes e precários. Ao contrário das elites socioeconômicas, os grupos subalternizados habitam majoritariamente as regiões periféricas e desestruturadas das cidades.

Uma série de fatores contribui para que este processo de afastamento das camadas menos favorecidas do centro das cidades. Um primeiro ponto se refere à mercadorização das metrópoles, na qual os espaços centrais e mais desejados da cidade são imbuídos de uma valorização monetária tão elevada que impede a sua aquisição pelos grupos sociais de menor poder aquisitivo. Mesmo aqueles grupos que anteriormente estavam instalados em regiões centrais são, mediante livre disposição dos setores capitalistas hegemônicos, remanejados para áreas suburbanizadas (MENDES, 2011).

---

<sup>19</sup> A *mixofobia* ou *mixophobia* pode ser conceituada como o medo ou a repulsa ao convívio com o diverso ou diferente. Sobre o tema, ver: RODRÍGUEZ-GARCÍA, 2014; KATSAURA, 2013; WERMUTH, 2014.

<sup>20</sup> “The fear of living side-by-side with someone different – whether an immigrant or a poor – leads to the creation of homogeneous spaces, which in turn, in a vicious spiral, fuel the fear of getting mixed with the other” (CESAREO, 2010, p. 84).

Um segundo elemento pode ser inferido da relação de subordinação do Estado ante o conglomerado empresarial internacional, seja ele imobiliário ou de quaisquer outros setores. A atuação estatal de organização e reorganização do espaço urbano, sob fundamento de modernização e estruturação da cidade, atende em grande parte das vezes os interesses e as necessidades dos grupos de poder que se instalaram ou cooptaram os setores governamentais de comando. Desse modo, o Estado atua de modo direto para que a segregação nas cidades ocorra de modo *programado* (LEFEBVRE, 2001), sendo evidente a sua contribuição para o controle e gestão da ocupação urbana dos menos favorecidos.

O terceiro (e, ao nosso ver, o principal) ponto está no cerne dos fatores anteriores: o capitalismo globalizado. A mercadorização do espaço urbano e a submissão do Estado ao empresariado internacional são derivadas de um modelo econômico individualista, egoísta e competitivo, baseado na exploração da força de trabalho coletiva para a acumulação de bens e riqueza por uma pequena parcela da população (SANTOS, 2006). A pauperização da população trabalhadora – que impede a aquisição de habitações no centro das cidades – e o recrudescimento das suas condições de vida – retirando-lhes a possibilidade de organização social e mobilização – são consequências diretas do paradigma de produção em vigência.

Nesses termos, a cidade contemporânea se configura como um local de evidente divisão e ruptura entre grupos sociais e indivíduos, que alienados ante o processo massificante proveniente do capitalismo individualista, buscam o isolamento e o não contato com o outro. A segregação espacial se torna, nessa toada, uma consequência do modelo de produtividade econômica instaurado, manipulada diretamente pelos grupos hegemônicos que cooptam e utilizam o aparato estatal para o atendimento dos seus interesses espúrios. Nesse ínterim, os grupos sociais vulnerabilizados são empurrados para setores periféricos e desestruturados das cidades, sendo alijados do seu direito de uso e gozo do espaço urbano em sua plenitude.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde o seu surgimento no século XVII, o capitalismo – como modelo de exploração da classe trabalhadora pelas elites econômicas – se configurou como padrão de acumulação de riquezas. Tal sistema econômico implantado e disseminado ao redor do planeta esteve baseado, inicialmente, nos ideais planejados pela burguesia da época, que de forma habilidosa conseguiu expandir a sua esfera

de poder e atuação entre os Estados e os continentes. A partir do momento em que a geração de riquezas da burguesia passou a ser ilusoriamente confundida com o poder econômico dos Estados, estes adotaram as políticas liberais e abriram caminho para a ascensão histórica dos grupos de poder economicamente hegemônicos.

A população menos abastada, explorada e oprimida pela voracidade capitalista – de produzir mais a partir da menor despesa possível – não identifica mecanismos sociais e estatais para transformar tal cenário. Resta-lhe exercer jornadas de trabalho excessivamente extensas e cansativas, competindo com uma imensa massa de desempregados e aceitando remunerações ínfimas que sequer eram capazes de prover as mínimas necessidades básicas. Aos industriais, dominava a sede pela acumulação de riquezas em um cenário extremamente competitivo que era o mercado, seja ele nacional e internacional.

Tais estruturas de poder se refletiam no panorama urbano. Em primeiro plano, a revolução técnico-científica operada pela introdução do maquinário industrial alijou de modo direto os trabalhadores e produtores rurais, que a) foram substituídos pelo maquinário agrícola ou b) não tinham chances de competir com a produção em larga escala dos latifundiários que implantaram a produção mecanizada. Toda esta problemática empurrou historicamente grande parte da população rural para as cidades em todo o mundo, que migraram na esperança de obter melhores condições de vida e trabalho.

Esta multidão de desamparados se somou aos desempregados urbanos, também excluído do processo de produção pela entrada dos aparatos tecnológicos. A cidade cresce, e a pobreza e a miserabilidade passam a formar um cenário majoritário dentro da área urbana. As elites socioeconômicas, que conviviam em proximidade com as camadas menos abastadas, percebem a direta ameaça que esta conjuntura significava. Elaboram, então, estratégias de separação entre as classes e grupos sociais dentro do espaço urbano, utilizando para tanto o auxílio do Estado – comandados por grupos de poder associados às elites.

A valorização dos espaços urbanos centrais, a reorganização das estruturas físicas da cidade, a construção de habitações de baixo custo em setores periféricos: todos estes são exemplos de estratégias adotados pela burguesia do século XIX para afastar as camadas populares subalternizadas dos setores ocupados pelas elites. Não obstante a considerável luta e resistência identificada nas ações do proletariado urbano, o resultado final da organização das cidades capitalistas foi a apropriação central pelos grupos hegemônicos e o afastamento dos sujeitos subalternizados para as periferias distantes.

A dominação das sociedades e Estados pelo capital organizado é, ainda hoje, um panorama evidente. Principalmente a partir do fim da Guerra Fria – com a dissolução do bloco soviético – o capitalismo se expande com força e propriedade sobre todo o planeta. O estímulo à livre produção e comercialização de bens e produtos se torna uma máxima dentro das instituições pós-modernas, e o consumismo é eleito como a fórmula da felicidade pelos indivíduos das mais distintas localidades: importa agora, mais do que consumir para viver, viver para consumir.

Assim como na Revolução Industrial, as inovações tecnológicas do período contemporâneo são utilizados pelos grupos hegemônicos para o alcance dos seus interesses. A partir da expansão de possibilidades humanas na seara da mobilidade, da comunicação e da produção em larga escala, a globalização se instaura como processo de redução de distâncias e do lapso temporal (encurtamento espaço-tempo). Tudo isto confere ao capital organizado a oportunidade de alcançar mercados cada vez mais distantes em um tempo significativamente menor, expandindo a produção, o consumo e a circulação de produtos.

Mais do que isso, as empresas são dotadas de uma mobilidade anteriormente não existente, vez que os seus proprietários – acionistas e investidores – não estão mais fixos nos locais onde os seus empreendimentos estão instalados. Para atrair investimentos financeiros advindos das empresas fabris e mercantis, os Estados são obrigados a adotar políticas liberais ainda mais agressivas e permissivas com o capital internacional. Dotadas de alto poder de barganha, os empreendimentos internacionais atuam de modo desvinculado e despreocupado com a geração de problemas sociais oriundo da sua atuação intra-estatal.

Nessa esfera, a cidade se torna um depósito de problemas com origem global, sem que sejam vislumbradas possibilidades efetivas de solucionamento. As elites, permeadas em um mundo de pobreza e miserabilidade, buscam modelar os espaços sociais para afastar os grupos subalternizados, construindo estruturas fechadas que amparem todos os seus desejos e necessidades – moradia, trabalho, lazer, estudos. Os espaços públicos centrais das cidades são, assim, transformados em áreas de convivência privada e fechada, nas quais somente pessoas com determinadas condições socioeconômicas são autorizadas a desfrutar.

Os grupos oprimidos e excluídos são compelidos forçosamente a permanecer em localidades urbanas afastadas e longínquas, ficando fora do alcance das estruturas e serviços oferecidos pela cidade e sobrevivendo às custas das mínimas oportunidades de trabalho e emprego oferecidas pelo Estado e pelos setores privados. Vítimas do processo de modelagem da cidade pelo e para os grupos hegemônicos, os habitantes dos setores periféricos não mais se identificam com o que outrora foi a

cidade na qual estavam inseridos: este passou a ser um espaço apropriado por outros, dentro do qual a sua permanência – como indivíduo social e economicamente inferior – não é permitida.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. Berkeley: University of California Press, 2000.

CALEIRO, João Pedro. 1% da população tem metade da riqueza global. **Revista Exame**, São Paulo, 13 out. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/1-da-populacao-tem-metade-da-riqueza-global-veja-piramides>>. Acesso em: 18 set. 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CESAREO, Vincenzo. Foreign immigrants problems and integration processes in Italy. **Rivista Italiana di Economia, Demografia e Statistica**, v. LXIV, n. 3, pp. 79-88, lug./set. 2010.

COLLINS, E. J. T.. The rationality of 'surplus' agricultural labour: mechanization in english agriculture in nineteenth century. **Agricultural History Review**, n. 35, 1987.

COSTA, Melina; STEFANO, Fabiane. A era das fábricas inteligentes está começando. **Revista Exame**, Leipzig; São Paulo, 9 jul. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1068/noticias/a-fabrica-do-futuro>>. Acesso em: 17 set. 2016.

COUTO, Joaquim Miguel *et al.* Desemprego tecnológico: Ricardo, Marx e o caso da indústria de transformação brasileira (1990-2007). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2, pp. 299-327, ago. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Trad. Analia C. Torres. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Trad. João Pedro Gomes. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante, 1982.

FARIZA, Ignacio. 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. **El País**, Madri, 18 out. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736\\_267255.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html)>. Acesso em: 18 set. 2016.

FELLITI, Guilherme. Adeus, humanos: o que os robôs podem fazer por você (ou no seu lugar). **Revista Época**, 24 mai. 2014. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/05/adeus-humanos.html>>. Acesso em: 17 set. 2016.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLOBO. Quem são as 62 pessoas cuja riqueza equivale à metade do mundo. **Globo**, 21 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/quem-sao-as-62-pessoas-cuja-riqueza-equivale-a-de-metade-do-mundo.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GOULART, J. O.; BENTO, P. P.. Enclaves fortificados e segregação urbana: o caso de Jundiá. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, pp. 181-193, jan./jun. 2011.

GROPPO, Luís Antonio. Das origens ao colapso do Estado de bem-estar: uma recapitulação desmistificadora. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 20, pp. 68-75, dez. 2005.

GROPPO, Luís Antonio. Transculturação e novas utopias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 64, pp. 61-85, jan./abr. 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, Eric J.. **A era do capital (1848-1875)**. Trad. Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, ano II, pp. 9-32, jan./jul. 2001.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, pp. 33-41, 1998.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JADE, Líria. Banda larga móvel: saiba o que é e como funciona a tecnologia 4g. **Portal EBC**, Brasília, 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/10/entenda-o-que-e-a-tecnologia-4g>>. Acesso em: 17 set. 2016.

KATSAURA, Obvious. **Socio-spatial politics of community safety governance in Johannesburg**. 2013. 250 p.. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Engineering and the Built Environment, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Transl. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 11. ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MALTHUS, Thomas. **An essay of the principle of population**. London: J. Johnson, 1798.

MARX, Karl. **O capital**. (Os Economistas). Livro Primeiro, Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **O capital**. (Os Economistas). Livro Primeiro, Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul./dez. 2011.

MICK, Jacques. **A globalização financeira e as mudanças na regulação do Sistema Financeiro Nacional (1994-1996)**: um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira. 1998. 151 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, ano II, pp. 41-50, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Ildo Rodrigues. **Indústria de calçados e implicações socioespaciais**: a grande fábrica de calçados no município de Santo Estevão-BA. 2012. 150 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P.. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis**, Brasília, n. 3, ano II, pp. 51-62, jan./jun. 2001.

PEREIRA, Potyara A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social. **Temporalis**, Brasília, n. 7, ano IV, pp. 112-122, jan./jun. 2004.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

REDE BRASIL ATUAL. Em 2016, grupo com 1% dos mais ricos do mundo vai superar os 99% mais pobres. **Rede Brasil Atual**, 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/em-2016-grupo-com-1-dos-mais-ricos-do-mundo-vai-superar-os-99-mais-pobres-3617.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

REUBEN, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. **BBC Brasil**, 18 jan. 2016. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn)>. Acesso em: 18 set. 2016.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Dan. La mixofobia como política de Estado en la Alemania Nazi. **Revista de Demografía Histórica**, v. XXXVII, n. II, pp. 117-146, segunda época 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. A. M.; AMORA, Z. B.. Os enclaves residenciais: fragmentação e mercantilização do espaço urbano na RMF. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n. 2, pp. 100-114, jul. 2015.

SILVA, Rodrigo Peixoto da. **A indústria de máquinas agrícolas: formação de um oligopólio, internacionalização e poder de mercado**. 2015. 113 f.. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**, Brasília, v. 6, pp. 133-168, 2000.

STEWART JR., Donald. **O que é liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TAVARES, Viviane Brunelly Araújo. O papel das redes sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional. **Revista Mundorama**, Brasília, s/p, nov. 2012.

TERRA. Jato G650 bate recorde com volta ao mundo em 41 horas. **Portal Terra**, 30 out. 2013. Disponível em: <<https://economia.terra.com.br/carros-motos/jato-g650-bate-recorde-com-volta-ao-mundo-em-41-horas,ff0e9d2261602410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.

TOWNE, Marvin; RASMUSSEN, Wayne. Farm gross product and gross investment in the nineteenth century. In: National Bureau of Economic Research. **Trends in the American Economy in Nineteenth Century**. New Jersey: Princeton, 1960, pp. 255-316.

UOL. Jato executivo dá volta ao mundo em 41 horas e bate recorde de velocidade. **Portal UOL**, São Paulo, 30 out. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/30/jato-executivo-da-volta-ao-mundo-em-41-horas-e-bate-recorde-de-velocidade.htm>>. Acesso em: 16 set. 2016.

UOL. Riqueza de 1% deve ultrapassar a dos outros 99% no mundo até 2016, diz ONG. **UOL**, 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2015/01/19/riqueza-de-1-deve-ultrapassar-a-dos-outros-99-ate-2016-alerta-ong.htm>>. Acesso em: 18 set. 2016.

VIAN, C. E. F. *et al.*. Origens, evolução e tendências da indústria de máquinas agrícolas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 4, pp. 719-744, out./dez. 2013.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Direito penal, migrações e mixofobia na União Europeia. **InterScience Place – Revista Científica Internacional**, n. 31, v. 1, pp. 174-204, out./dez. 2014.

**Trabalho enviado em 08 de abril de 2020**

**Aceito em 26 de março de 2021**